

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO nº 085/2013

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº 003 de 1993, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, e Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, combinada com a Resolução CMMA nº 001/10, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo: 645/2010

Protocolo nº 1.215/2013 de 07/06/2013.

Licenciado: **CLOVIS WERLANG**
CPF 435.976.290-91

Endereço: Linha Mirim
Interior do município de Nova Boa Vista/RS

VISTO: ART nº 6848693 do CREA-RS de Assessoria, Assistência Técnica e Laudo Técnico, de responsabilidade do Eng^a Agrônoma LETÍCIA LAZZARI RIGO CREA-RS 158.076. Vistoria Pública e Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART nº 6811257 (Contrato Administrativo), datado de 03/07/2013, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições.

OBJETO: Na propriedade rural localizada na Linha Mirim, interior do município, imóvel matriculado no CRI de Sarandi sob nº 1.771, Coordenadas Geográficas, 27°59'06,7"S e 52°56'52,3"W, Promover:

1. **OPERAÇÃO** relativa atividade de **SUINOCULTURA CICLO COMPLETO - Com Sistema de Manejo de Dejetos**, Plantel de **50 Matrizes**. Alojadas em 03 (três) galpões criatórios totalizando **424,00 m²**, sistema de tratamento de dejetos em 02 (duas) unidades totalizando 348,00 m³, (uma em alvenaria (50), e outra revestida em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade (300), **esta localizada em APP por curso hídrico**.

2. **Autorizado manter** sobre rigoroso controle, sistema de depósito (10.000 litros em duas caixas), e distribuição aos animais, como alimento **soro (resíduo lácteo)**.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto às condições da propriedade:

1.1. Imóvel em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal nº 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal nº 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

- 1.2. Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;
- 1.3. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou Receituário Veterinário;
- 1.4. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;
- 1.5. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria nº 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;
- 1.6. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;
- 1.7. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente (até dia 15 dos meses de julho e janeiro), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;
- 1.8. Deverá ser cientificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;
- 1.9. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

- 2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, a 50 metros de nascente;
- 2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de terrenos vizinhos;
- 2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 50 metros de estradas;
- 2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;
- 2.5. Os pisos devem ser mantidos em alvenaria e impermeabilizados, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;
- 2.6. As paredes internas e externas devem ser mantidas em material rígido não poroso, e com pintura;
- 2.7. A coleta e a condução lateral dos dejetos ao sistema de tratamento (esterqueira) devem ser mantidas em mantidos em tubulação fechada, a fim de minimizar a proliferação de moscas, outros vetores e substâncias odoríferas;
- 2.8. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;
- 2.9. O sistema de compostagem, para destino de animais mortos, restos placentários, e outros resíduos de mesma origem, deverá ser mantido sob piso polido e bacia de contenção;

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

- 3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser mantido com capacidade de 348,00 m³, em duas unidades (uma em alvenaria (50), e outra lagoa de estabilização revestida em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade (300), e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);
- 3.2. A área de tratamento de dejetos deverá ser isolada com cerca de tela plástica com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;
- 3.3. O sistema de em tela, deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

- 4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;
- 4.2. O lençol freático deve estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;
- 4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.
- 4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 2.000 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 200 metros de habitações vizinhas;
- 4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;
- 4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Com vistas à renovação da presente LO, deveser requerido e apresentado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

1. Requerimento solicitando a renovação desta LO;
2. Cópia desta licença;
3. Laudo Técnico com a pertinente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, informando as condições de operação de todo o sistema, (instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos);
4. Plano de Gerenciamento de disposição em solo agrícola, por um período de 04 (quatro) anos, dos dejetos gerados pela atividade em tela, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa às atividades de Assessoria e Assistência Técnica;
5. Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pela Municipalidade;
6. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal n.º conforme Leis Municipais n.º 1.241/11 de 27/09/11.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. A responsável técnica pelas informações técnicas e sistema de manejo de resíduos e orientações de disposição dos resíduos em solo é a Eng^a Agrônoma LETÍCIA LAZZARI RIGO CREA-RS 158.076, através da ART n.º 6848693 do CREA-RS.
2. A presente **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **30/06/2016**. Esta perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO** fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepciona a Lei n.º 9.605/98, combinada com o Decreto n.º 6.514/08;

3. A presente licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

4. O Sr. **Clovis Werlang fica e é** responsável em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;

Observações: 1. Trata-se de 01 (uma) atividade classificada como de porte “**PEQUENO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”; 2. Esta **LO renova a LO nº 035/2012** expedida pelo Departamento Ambiental.

Nova Boa Vista/RS, 04 de julho 2013.

Raquel Hack
Chefe de Departamento Ambiental

Ederson Simon
Fiscal Ambiental